

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE(S):** MARISTELA DA SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN.

**OUTORGADO(S):** ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12; BRUNO HENRIQUE CORTÈZ DE PAULA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 14290, portador do CPF/MF nº 061.192.214-25; CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 7268, portador do CPF/MF nº 452.648.800-34, ambos com endereço profissional situado à Avenida Romualdo Galvão (Edifício Sfax - sala 803), nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

**PODERES:** Para o foro em geral nos termos do artigo 105 do Código de Ritos, com a cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, concomitantes com os especiais notadamente para promover quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, assinar termo de acordo judicial ou extrajudicial, transigir, acordar, renunciar, recorrer, agravar, substabelecer no todo ou em parte, utilizar e fazer cadastro em nome do Outorgante junto à Central de Serviços Meu INSS, atuar em conjunto ou separadamente com outros advogados para defender os interesses do(s) Outorgante(s) até que as providências tomadas na defesa dos seus interesses tenham cessado.

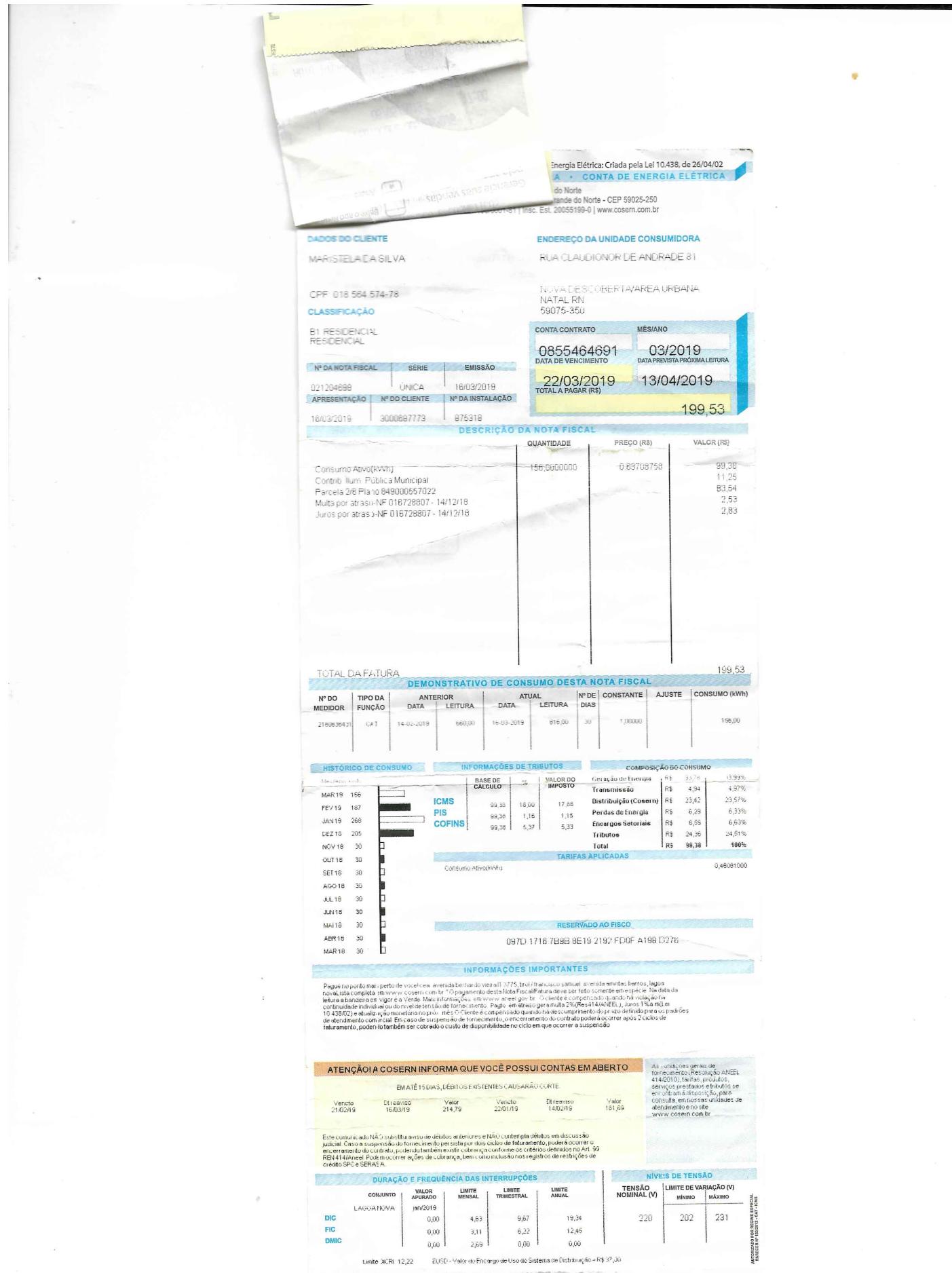
**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, levantar ou receber RPV, precatórios e alvarás, requerer a justiça gratuita, dar e/ou receber quitação, declarar a hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105, do Código de Processo Civil.

Natal, 12 de setembro de 2019.

Mariestela da Silva  
OUTORGANTE







Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:37  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163690500000047805117>  
Número do documento: 124002181626200500000047805117

Núm. 19177169 - Pág. 2

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

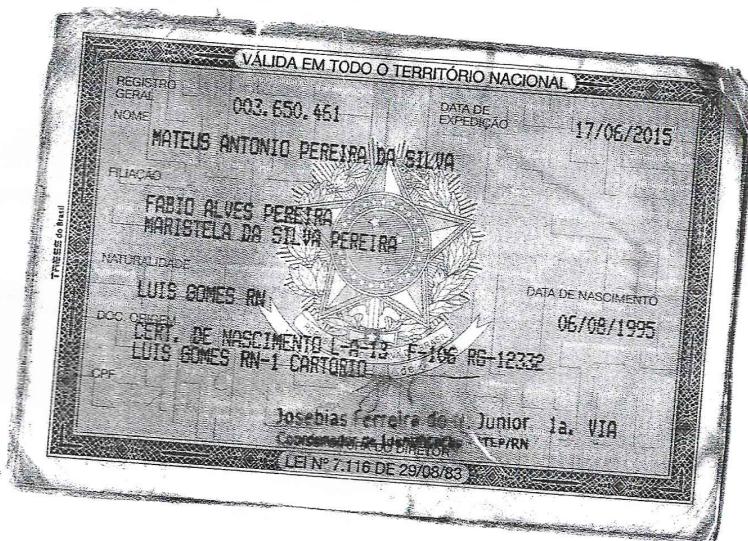
**MARISTELA DA SILVA**, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN, declara que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, art. 98 e seguintes do CPC e da Lei nº 1.060/50.

Natal/RN, 12 de setembro de 2019.

Mariálio da Silva

DECLARANTE





# República Federativa do Brasil

Estado Rio Grande do Norte  
Comarca Luís Gomes

Município Luís Gomes  
Distrito Sede Comarca



## Registro Civil das Pessoas Naturais

### CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, do livro Nº. A-13, dos assentos de nascimento às Fls. 106.x-  
sob o Nº. 12332 consta o registro de "MATEUS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA"  
x-x-x-x-x-x-x-, do sexo masculino, de cor x-x-x-x-x-x-  
nascido(a) aos seis (06).x- de Agosto (08) de mil novecentos e 1995.x-  
x-x-x-x-, às 10:05 horas, em esta Cidade de Luís Gomes-RN.  
sendo filho(a) de Fábio Alves Pereira e de Maristela da Silva Pereira.  
x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

sendo seus avós paternos Francisco Oliveira Pereira e Maria Alves Pereira.  
x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

e avós maternos Antônio Belo do Nascimento e Maria Izabel da Conceição.  
x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

serviram de testemunhas Clovis Martins da Costa e Vaneuda de Paiva Nunes.  
x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

foi declarante O pai do registrado.  
x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

o registro foi lavrado aos 21 de Agosto (08) de 1995

OBS.: PARA TODOS OS FINS DE DIREITO.  
x-x-x-x-x-x-x-x-

### 2º. OFÍCIO DE NOTAS

Antônio Alzendo S. Neto

Tabelião e Fazendeiro Públco

C I C: 671.328.464 - 20

LUÍS GOMES-RN

O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Luís Gomes-RN, 21 de Agosto (08) de 1995

M. do N. P. Neto  
Oficial do Registro Civil



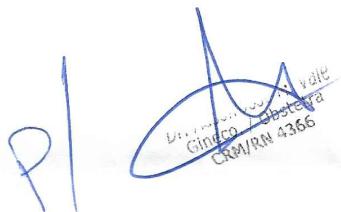


PREFEITURA DO NATAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU 192 NATAL



### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **MATEUS PEREIRA DA SILVA**, foi atendido por este serviço SAMU 192 Natal, no dia 18/08/2019, aproximadamente às 15:57min, na rua Engenheiro Nelson Matos, Nova Descoberta, nesta Cidade. **Sob nº de ocorrência 275813/1**, onde foram feitos os procedimentos de praxe pela equipe de plantão.

  
R/

Natal, 10 de setembro de 2019.

**CLAUDIO AUGUSTO CAMARA DE MACEDO**

Coord. Geral do Serviço de Transporte Sanitário Municipal e SAMU 192 Natal  
Matrícula 72.468-1



## FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 275813/1

Data: 18/08/2019

### CHAMADO

**TARM:** GERLÂNIA BARBOSA

**Rádio Operador:** VIVIAN TAVARES DO NASCIMENTO

**Equipe Enfermagem Cena:** COMUNICADOR

**VTR:** USA 01 (BASE DESCENTRALIZADA SÃO JOÃO)

**Médico Regulação:** ALESSANDRO TAVARES

**Médico Cena:** ROGERIO OSCAR FERNANDES

**Usuário Pós-Cena:**

**Equipe VTR:** HERBERT SALES RAMOS DA SILVA - CONDUTOR DE VEÍCULO DE  
EMERGÊNCIA  
EISE CALAFANGE SEABRA - ENFERMEIRO  
MICHELLE CLARA BONIFÁCIO - MEDICO

REGULAÇÃO MEDICA

TROTE

INFORMAÇÃO

ENGANO

TRANSF./INTERNAÇÃO

**Cidade:** NATAL

**Nome do Solicitante:** DEBORA

**Telefone:** (84) 99936-9213

**Nome do Paciente:**

**MATEUS DE OLIVEIRA**

**Idade:** \*

ANO(S)

**Sexo:** \*

Endereço não informado

Coordenadas Informadas

Latitude: -5.8246734 Longitude: -35.1983486 

**Endereço:** RUA ENGENHEIRO NELSON MATOS

Nº: VP

**Bairro:** NOVA DESCOBERTA

**Outro Bairro:**

**Referência/Complemento:** PX ASSEMBLEIA DE DEUS //PX MER. DE MARLENE

**Unidade de Destino Transferência:** HOSPITAL WALFREDO GURGEL

**Queixa Primária:** QUEDA DE MOTO

**Quem Solicitou:** Transeunte

**Distância do paciente:** Com o Paciente

**Local:** Via Pública

**Histórico Regulação Médica:**

18/08/2019 15:57:11 - **Dr(a). ALESSANDRO TAVARES**

**APH:** TRAJMA / **HD:** QUEDA DE MOTO

**REGULAÇÃO:** VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO, SEM CAPACETE, APRESENTANDO SANGRAMENTO NA CABEÇA; INCONSCIENTE

**AÇÃO COM INTERVENÇÃO:** USA

**PRIORIDADE:** VERMELHO

**CÓDIGO DE DESLOCAMENTO:** CÓDIGO 3

**POSSUI CONVÉNIO MÉDICO:** NÃO INFORMADO

**Apoio:**

### OBSERVAÇÕES

**Data:** 18/08/2019 15:54:51 **Usuário:** (TARM) GERLÂNIA BARBOSA

**Observação:** MER. MCS .

**Data:** 18/08/2019 16:05:20 **Usuário:** (TARM) GILYANE MARIA DE SOUZA

**Observação:** RUA CLAUDIONOR DE ANDRADE ;

### HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:	Regulação Médica:	Solicitação VTR:	Saída VTR:	Chegada Local:
18/08/2019 15:54:12	18/08/2019 15:57:11	18/08/2019 15:57:29	18/08/2019 16:02:20	18/08/2019 16:09:37
Saída Local:	Chegada Destino:	Liberação Destino:	Liberação VTR:	
18/08/2019 16:21:19	18/08/2019 16:26:19	18/08/2019 17:58:41	18/08/2019 17:58:42	



**Observação do Apoio:****CONVÊNIO MÉDICO PARTICULAR****Paciente possui convênio médico particular?\*** Sim  Não  Não informado**CONDUTA** Remoção**Conduta Equipe de Enfermagem:**

18/08/2019 18:04:22 - COMUNICADOR  
TARM EZEQUIEL: DRA FRANCISCA DO POLITRAUMA DO WALFREDO AUTORIZOU O ENVIO DA AMBULÂNCIA.

**REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA** Aguardando Vaga**Estabelecimento:**

NATAL - HOSPITAL WALFREDO GURGEL

**Vaga Negada - Motivo:**

-- SELECIONE --

**H. ligação ao serv prop.:**

:

F:

**Recebido por:****Numero do conselho:****Numero da ficha de Remoção:** Vaga Negada Vaga Zero**Motivo da entrada:****Ass:****PERTENCES****Nome receptor:****Cargo receptor:****Descrição dos pertences:****Local deixado pertences:****Data:**

/  /  :

**Ass:**

HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

*missão de Internamento Hospitalar*

Nº FIA: 7756 /2019

Prontuário: 1175951

Paciente: **92965 - MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA**

Cartão SUS: 898000079097326

CPF: 13690100445

Idade: 24 anos 12 dias

Sexo: M

Etnia: PARDA

Nome da mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA

Nome do pai:

Rua/Av: CLAUDIONOR DE ANDRADE

Dt Nasc: 06/08/1995

Complemento:

CEP: 59075350

Cidade: NATAL

Telefone: 84 99834007 84 99834007

Especialidade: NEUROCIRURGIA

Unidade: POLITRAUMA

Leito: 11

**Responsável:** MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA -

Usuário: SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS

Admissão: 18/08/2019 17:48:27 Alta: Óbito: Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: S07.1 - LESAO POR ESMAGAMENTO DO CRANIO  
303040106 -

DIAGNÓSTICO FINAL:

**RESUMO DE ALTA**

*CONFERE COM ORIGINAL  
NATAL, 10/09/2019  
MAT. N° 15482872  
SAME  
ASSINATURA*

NATAL, 18 de Agosto de 2019.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM



**SUS****Laudo para Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar****IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE**

Solicitante: HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

CNES: 2653923

Executante: O solicitante ou

CNES:

**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**Nome: **92965 MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA**

Prontuário: 1175951

CNS: 898000079097326

Nascimento: 06/08/1995

Sexo: Masculino

Cor: PARDA

Mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA

Pai:

Endereço: RUA CLAUDIONOR DE ANDRADE, 81 - NOVA DESCOBERTA - NATAL

Fone: 99834007 /

Município: NATAL

Código Municipal IBGE:

240810 UF: RN

CEP: 59075-350

Clínica de Acompanhamento: NEUROCIRURGIA

Laudo: 21714 / 2019

**JUSTIFICATIVA DE INTERNAÇÃO****PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS:**vítima de politraumatismo por queda de moto alcoolizado  
glasgow 3 na admissão**CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:**

acima descrita

**RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS:**

lc de crânio

**Diagnóstico e Procedimento Inicial:**

S07.1 LESÃO POR ESMAGAMENTO DO CRANIO\*303040106 TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCE

Profissional Solicitante / Assitente:

MOISES FELIPE DA COSTA FERNANDES

CRM: 7579 / RN

Data da Solicitação 18/08/2019

*Moisés Felipe  
CRM 7579 RN***PREENCHER EM CASOS DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIAS)**

- Acidente de Trabalho CNPJ da Seguradora: \_\_\_\_\_ Nº do bilhete: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_  
 Acidente de Trabalho Típico CNPJ da Empresa: \_\_\_\_\_ CNAE da Emp.: \_\_\_\_\_ CBOR: \_\_\_\_\_  
 Acidente de Trabalho Trajeto

Vínculo com previdência:  Empregado  Empregador  Autônomo  Desempregado  Aposentado  Não Segurado**AUTORIZAÇÃO**

Profissional Autorizado: \_\_\_\_\_ Orgão Emissor: \_\_\_\_\_

Nº Autorização da ATI:

Documento:  CNS  CPF nº \_\_\_\_\_

Data da Autorização: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Assinatura/Carimbo: \_\_\_\_\_





## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública  
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel  
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

RELATÓRIO  
HISTÓRIA CLÍNICA  
E EXAME FÍSICO

Nome: Mário Antônio Pereira da Silva

Leito:

Idade: 24

Nº Registro:

## HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO ADMISSIONAIS

Data: 18/08/19

Hora: 19:00

Paciente vítima de TCE e epigastralgia. Foi encaminhado ao hospital pelo Dr. (Dr. Mário).

TCE de origem pneumotóxica. Pneumonia é clínica e anamnese clínica de ventilação pulmonar é anamnese.

Diagnóstico: TCE de origem epigastralgia. Questionário de história de origem pulmonar?? Hemotaxia intrapulmonar?? Exame complementar eletrônico após DTX.

Não realizou exame morfológico.

Sexta: 10/08/19.

P.A. = 70 x 30 mmHg.

F.C. = 150 BPM.

Pulso regular (++/++/++/++).

H.T.C. = 30%.

Diagnóstico: TCE de origem epigastralgia de origem pulmonar (Dr. Mário) e Dr. Brum). Indumenta DTX à Dr. Dr. e L.E.

C.D. = Síntese hemorragica  
fco C-C.

Síntese gástrica oral.

H.C. Galho

Paciente submetido a Diagnóstico Dr. Dr. e L.E. para exame epigastralgia.

Exame: Pronto Socorro Clóvis Sarinho

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situações de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.

CONFIRME COM ORIGINAL  
NATAL, 20/09/2019  
MAT. N. 13412870  
SAME

ASSINATURA

Dr. Adilson Costa  
Cirurgião Geral  
CRM/RN 8339



 <p>GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel Pronto Socorro Clóvis Sarinho</p>		<b>ADMISSÃO MÉDICA</b> <b>UTI</b>	
--	--	--------------------------------------	--

<b>Identificação</b> Nome: <i>Matheus Antônio Penna</i> Sílvia   Data: <i>18/08/17</i> Leito: <i>196</i> Idade: <i>24</i> Data de Nasc.: <i>1/1</i> Sexo: <i>( )M ( )F</i> Data da Internação Hospitalar: <i>18/08/19</i> Diagnóstico(s): <i>Aludamento de crânio - Laceratura profunda</i> Peso: <i>60 kg</i>	
---	--

Setor/Unidade de Procedência:  CC  CRO  PS Trauma  PS Clínico

Enfermaria Qual?  Outra Unidade Qual?

Motivo da Internação na UTI: *Per - OP grande abordagem de crânio*  
Reinternação?  Não  Sim <48h?  Não  Sim APACHE:

### História Clínica

*Paciente se fez acidente 7 meses, cedendo o crânio, com gláucom: 38, com afundamento de crânio, conduzido conservador pela neurocirurgia. Foi encaminhado ao CIC para oxalatose, hipercalemia e hipopotassemia. Envolvimento de ventilação mecânica. No final de comodato*

<b>Avaliação Sist. Neurológico</b>									
<b>Abertura Ocular</b> <input type="checkbox"/> Espontânea 4 <input type="checkbox"/> Ao comando verbal 3 <input type="checkbox"/> À dor 2 <input type="checkbox"/> Ausente 1	<b>Resposta Verbal</b> <input type="checkbox"/> Orientado e conversando 5 <input type="checkbox"/> Desorientado e conversando 4 <input type="checkbox"/> Palavras inapropriadas 3 <input type="checkbox"/> Sons incompreensíveis 2 <input type="checkbox"/> Sem resposta 1	<b>Resposta Motoria</b> <input type="checkbox"/> Obedece comandos 6 <input type="checkbox"/> Localização à dor 5 <input type="checkbox"/> Flexão inespecífica (retirada) 4 <input type="checkbox"/> Flexão hipertônica (decorticada) 3 <input type="checkbox"/> Extensão hipertônica (descerebrada) 2 <input type="checkbox"/> Sem resposta 1	Sedado? <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim SAS* CAM-ICU* positivo? <input type="checkbox"/>						
			<small>* Sedation-Agitation Scale Assessment Method for the Intensive Care Unit</small>						
			NIH admissão (se aplicável): <i>10/08/2019</i>						
			Hunt Hess (se aplicável): <i>II</i>						
			Fisher (se aplicável): <i>II</i>						
ECG = <i>3</i> Não se aplica <input type="checkbox"/> TCE Grav: 3 a 8 <input type="checkbox"/> / TCE Moderado: 9 a 12 <input type="checkbox"/> / TCE Leve: 13 a 15 <input type="checkbox"/> Pupilas (descrição): <i>Pupilas muito largas</i> Descrição de déficit motor: <i>Rebaixamento</i> Obs.: <i>20 dias</i>									

<b>Avaliação Sist. Respiratório</b>									
<input type="checkbox"/> Ar Ambiente <input type="checkbox"/> Cat. Nasal O <sub>2</sub> _____ l/min <input type="checkbox"/> MV _____ % <input type="checkbox"/> VNI					SatO <sub>2</sub> : <i>99</i> % FIO <sub>2</sub> : <i>50</i> %				
<input checked="" type="checkbox"/> TOT há <i>8</i> dias, nº <i>1</i> <input type="checkbox"/> TQT há _____ dias, nº _____					Freq. Respir.: <i>18</i> RPM				
Descrição do Exame Pulmonar: <i>20 cm conf estufar em círculo</i> <i>base</i> <i>20 cm</i>									

Gasometria (antes ou admissional) pH _____ PCO <sub>2</sub> _____ BE _____ FIO <sub>2</sub> _____ % PaO <sub>2</sub> _____ HCO <sub>3</sub> _____ P50 _____ PaO <sub>2</sub> /FiO <sub>2</sub> _____					Dist. Ac./base:	
--	--	--	--	--	-----------------	--





### IDENTIFICAÇÃO

Nome: Matheus Antônio Pescin Reg. N° 92965

Diagnóstico pré-operatório: Trauma Rémo - abdômen - urinário

Indicação terapêutica: Dronegoso Técnico Urgência (  ) Eletiva (  )

### INTERVENÇÃO

Data: 18/08/19 Início: 18:40 Término: 19:30 Duração:

Operador: Adriano Aguiar

CRM/CRO: Dr. Adriano Costa  
CRM-GO 0339

1º Auxiliar: Wilson (821)

CRM/CRO:

2º Auxiliar:

CRM/CRO:

Instrumentador: Tiago

Anestesista: D. T. Mello CRM/CRO:

### RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

- ① Paciente era DDA e sentia dor grave.  
② Anestesia e antissepsia e anexos estavam  
③ Rústicos dronegoso Técnico e abdômen com  
dor. Tórax com 38 FR. Sopro de  
ar.
- ④ Fizemos aberto Tórax com globo pulmão.
- ⑤ Tórax aberto.
- Tórax mesentérico com edema e dilatação  
no pulmão direito envolvendo pulmão.
  - Edema pulmonar = pressão exercida de ligado urinário  
no pulmão (uréti?)
  - Maior edema pulmonar envolvendo pulmão direito.
  - Maior edema pulmonar envolvendo pulmão direito.
  - Sintese de pulmão com nylom 3-0
  - Bloco não instaurado.

Coleta de material anatomo-patológico: (  ) NÃO (  ) SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: (  ) NÃO (  ) SIM QUAL?

CONFIRA COM ORIGINAL  
NATAL - 2019/08/10  
MAT. N. 1910021816387730000047805123  
SAME

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores humanitários.





IDENTIFICAÇÃO

Nome: MATHEUS JOSÉS P. SICAS Reg. N°

Diagnóstico pré-operatório: Fluclorfen Rux Tmx torco nego + multpo

Indicação terapêutica: Suturas Fase 1 Urgência ( ) Eletiva ( ) Fase 2

INTERVENÇÃO

Data: 18.08.19 Início: 10:30 Término: 10:15 Duração: 45'

Operador: Dr. Elio Amorim CRM/CRO: 2483

1º Auxiliar: CRM/CRO:

2º Auxiliar: CRM/CRO:

Instrumentador: CRM/CRO:

Anestesista: Titular CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

1. Pausante com descolagem da m. sternocleidomastoides
2. Manobras anti-shock
3. Colocação de m. extensor
4. Suturas por pinos fazendo reanimação fronto-toraco-pelvica com fio 2-0 com nylon e fio 3-0
5. Suturas por pinos fazendo em parâmetros internos dentro da antecâmara do paciente no centro uterino
6. Suturas de m. rectus em vestíbulo mandibular anterior com fio 3-0
7. evol. t.



Diego do Amaral  
Cirurgião Buco-Maxilar  
Implodontista  
CRM/RN - 2402

Coleta de material anatomo-patológico: ( ) NÃO ( ) SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: ( ) NÃO ( ) SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores humanitários.





CIRURGIA GERAL - VERMELHO

Paciente: 92965 - MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA (24 a 12 d)

Nascimento: 06/08/1995 Natural: LUIS GOMES.BRASIL

CNS: 898000079097326 CPF: 13690100445

Mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA Pai:

Logradouro: CLAUDIONOR DE ANDRADE, 81

CEP: 59075350 Bairro: NOVA DESCOBERTA

Telefone: 84 99834007 Compl:

Sexo: M Cor: PARDA

Prof: ESTUDANTE

Cidade: NATAL

Motivo: MOTO X OBJETO FIXO

Tipo: REFERENCIADO

Origem: AMBUL. SAMU NATAL

\*Empresa:

Fluxograma:	Discriminador:								
OBS:	Classificação: 18/08/2019 16:44:03								
H.C.R.A	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM TCE GRAVE(ENTUBADO)

Hora: 16:50

Paciente veio de queda de moto. Truzido intubado  
pelo SAMU. TCE grave. Pulo de gurgue 3 na tona.  
Utonogua brustinal.  
Fielho 10m de idade pelo SAMU.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A ZOT. Nenhum sinal clínico.  
B ~~Exame~~ MVT MVT x, exato bilateral  
C FC = 108 BPM. PA = 120x70  
D Gurgue = 3 (muito intenso)  
E TCE = Sinal de racimo nebuloso

CONFIRME COM ORIGINAL  
NATAL 10/08/2019  
MAT. N° 1748870  
SAME

ASSINATURA

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Artefato = desmembrado.

Refluxo estom.

\*Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Gerado via SX por UZIMAR PEREIRA VALE. Impresso em 18 de Agosto de 2019.

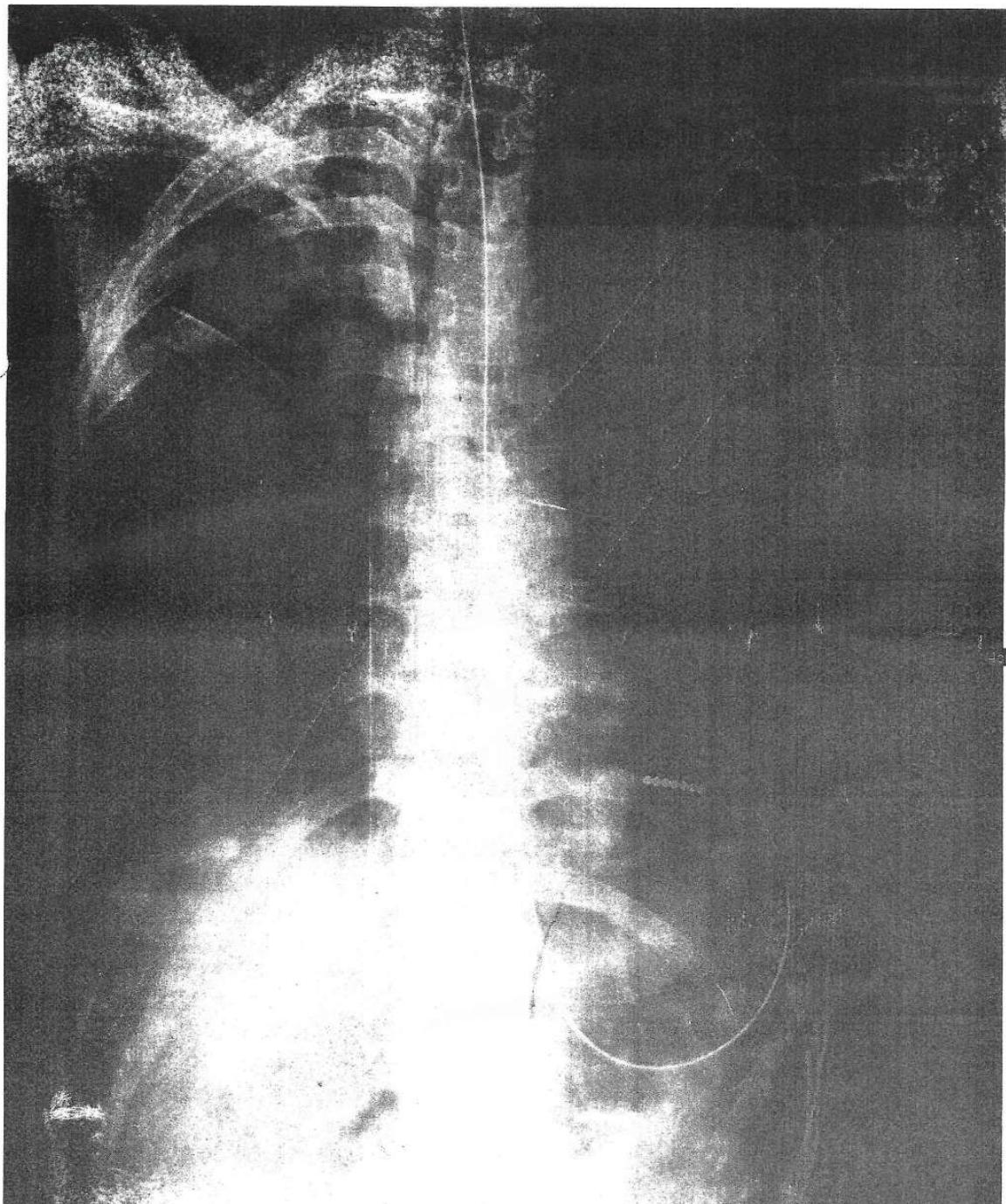
TOQUE MORTAL / RANAS

18/08/19 16:46

Exame: ERICK TORQUATO NOGUEIRA







CONFERE COM ORIGINAL  
NATAL, 10/09/2019  
MAT. N° 1548287  
SAME  
ASSINATURA



ALGORITMO PI SUPORTE B  
 1- Avalie a responsabilidade da vítima 2- Peça a ajuda a outra pessoa 3- Abra via aérea, de vida: 4- Avalie pulso carotídeo, ou femoral branquial em lactente 5- Se pulso 6- Dá oxigênio 7- Se pulso 8- Dá respiração 9- Ritmo 10- Dá compressões torácicas, 100/min (aplique 1 choque 360 J ou 200 J de energia) 11- Dá RCP quando a vítima se move, 12- Coloque a vítima em posição de recuperação, 13- Coloque a vítima em posição de recuperação.

## ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASGOW	
Abertura Ocular (AO)	
Olhos se abrem espontaneamente.	4
Olhos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3)	3
Olhos se abrem por estímulo doloroso	2
Olhos não se abrem.	1
Melhor resposta verbal (MRV)	
Orientado; Responde corretamente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, onde está, o porquê, a data e etc.	5
Confuso; (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão)	4
Palavras inapropriadas (Fala aleatória, mas sem troca conversacional.)	3
Sons ininteligíveis. (Gemeendo sem articular palavras.)	2
Ausente.	1
Melhor resposta motora (MMR)	
Obedece a ordens verbais. (Faz coisas simples quando lhe é ordenada.)	6
Localiza estímulos dolorosos.	5
Retrada inespecífica a dor.	4
Padrão falso à dor. (Desorientação).	3
Padrão extensor à dor (Desorientação).	2
Sem resposta motora.	1

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASGOW	13-150 =4 9-120 =3 6-80 =2 4-50 =1 30 =0
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	10-299 =4 >299 =3 6-99 =2 1-50 =1 00 =0
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	>900 =4 79-899 =3 50-570 =2 1-490 =1 00 =0

### CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2009)

0-0: grave (inaccessibilidade de intubação imediata);  
 0-3: moderado;  
 14-15: leve

• Referência: TEASDALE G, JENNET, B. Assessed of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-84

• A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaborem com a avaliação. 2 anos. Na Escala Qualitativa subjetiva, o doente que classifica a intensidade da sua dor de acordo com os seguintes adjetivos:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa	Pior Possível
0	1	2	3	4

• Escala de Trauma Revisada (RTS): Bona indicação de sobrevida em doentes de trauma fechado. Referência: Adaptado de Champion H.R, Sacco W.L, Copas, et al; A revision of the Trauma score. J. Trauma 29(5): 824, 1989.

## EXAME FÍSICO

## IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***	LABORATÓRIO
	OUTROS
CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
<p>Assinatura e Carimbo do Responsável</p> <p>Assinatura e Carimbo do Responsável</p>	

DESTINO DO PACIENTE:	Nº do Boletim de Atendimento:		
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:	DATA:	/	HORA:
SAÍDA:	DATA:	/	HORA:
Decisão Médica <input type="checkbox"/>	À Revelia <input type="checkbox"/>	Transferido para:	
ÓBITO:	DATA:	/	HORA:
Entregue à família	com Atestado <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:	Nº do Boletim de Atendimento:		
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:	DATA:	/	HORA:
SAÍDA:	DATA:	/	HORA:
Decisão Médica <input type="checkbox"/>	À Revelia <input type="checkbox"/>	Transferido para:	
ÓBITO:	DATA:	/	HORA:
Entregue à família	com Atestado <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:  
**MATEUS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA**  
CPF  
136.901.004-45

MATRÍCULA:

0949870155 2019 4 00360 224 0094164 32

SEXO **masculino** COR **parda** ESTADO CIVIL E IDADE **solteiro, com 24 anos de idade**  
NATURALIDADE **Luis Gomes - RN** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO **RG: 3.650.461 SSP/RN** ELEITOR **era eleitor**

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA **FÁBIO ALVES PEREIRA e MARISTELA DA SILVA PEREIRA Rua Claudionor de Andrade, 81, Nova Descoberta Natal - RN**

DATA E HORA DE FALECIMENTO **vinte e cinco de agosto de dois mil e dezenove às 18:00 horas** DIA MÊS ANO **25/08/2019**  
LOCAL DE FALECIMENTO **Hospital Walfreido Gurgel em Natal - RN**

CAUSA DA MORTE **Hemorragia Intracraniana, Traumatismo Cranioencefálico**

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO **Cemitério Parque Nova Descoberta, Natal/RN** DECLARANTE **MARISTELA DA SILVA**

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO **Adler Ferreira Maia CRM:5432**

OBSERVAÇÕES/AVERAÇÕES À ACRESCE **Não deixou bens, não deixou testamento, não deixou filhos. Feito no prazo legal. Ato registrado no Livro C360, às fls.224, sob o nº 94164.**

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	3.650.461	17/06/2015	SSP - Secretaria de Segurança Pública-RN	---
PIS/NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	030968051643	42/30	LUS GOMES	RN

CEP Residencial	---	Grupo Sanguíneo	---
-----------------	-----	-----------------	-----

Natal Cartório do Quarto Ofício de Notas  
Oficial: Maria de Fátima Rebouças Sampaio  
Av. Eng. Roberto Freire, 340 - Shopping Cidade Jardim Capim  
Macio  
Natal-RN. (84)2010-3292

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Natal-RN, 28 de agosto de 2019.

Assinatura do Oficial/Substituto

Diana Cavalcante de Souza  
4º Ofício de Notas - Natal/RN  
Escrevente Autorizada



Poder Judiciário do RN  
Selo Digital de Fiscalização  
Selo Isento  
RN201910949870029613SPB  
Confira em: <https://selodigital.tjrn.jus.br>

4º OFÍCIO DE NOTAS  
**Maria de Fátima Rebouças Sampaio**  
Tabeliã  
**José Neto de Oliveira**  
**Mário Alfredo Rebouças Sampaio**  
**Francisca Nunes Domingos**  
SUSSTITUTO

RCA105494



**DETALHAMENTO DA MATRÍCULA**

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ll

**DETALHAMENTO**

aaaaaa (00188-3)	Código Nacional de Identidade (Identificação única do cidadão)
bb (01)	Código de Arquivo, sendo: 01 - Arquivo Próprio Outros - Arquivos incorporados

cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
ddd (1987)	Ano do Registro

e (1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso pra fins civis)
	4: Livro C (Obito) 5: Livro D (Anuálise e Análise regular de Natividades) 6: Livro D (Registro de Pecúrias) 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)
ffff (0003)	Número do livro
ggg (050)	Número da folha

hhhhhh (0000533)	Número do Termo
ll (31)	Dígito Verificador

Só exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais

Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:39

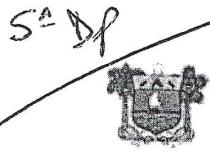
<https://pje1.g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218163940000000047805124>

Número do documento: 19100218163940000000047805124

Num. 49477176 - Pág. 2



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA DE PLANTÃO ZONA SUL DE NATAL EQUIPE 3  
Endereço: AV. INTERVENTOR MARIO CAMARA, 2550, CIDADE DA ESPERANÇA, NATAL, FONE/FAX: (84) 3232-6305/6306

**1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM**

1.1 Protocolo: J2019109001250  
1.3 Tipo: LESÃO CORPORAL ACIDENTE RODOVIÁRIO - C/HOMEM, SEGUIDA  
1.4 Data de Expedição: 25/08/2019 23:28:13  
1.5 Meio(s) empregado(s): Veículo  
1.6 Ligue CIOSP: Não

**2. DADOS DO LOCAL DO FATO**

2.1 Data/Hora do Fato: 25/08/2019 21:33:00  
2.3 Fato: Consumado  
2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo  
2.6 Tipo do local: Em Veículo  
2.8 Número: S/N  
2.10 Complemento:  
2.12 Bairro: NOVA DESCOPERTA  
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE  
2.17 Número: 81  
2.19 Bairro: NOVA DESCOPERTA  
3.23 Cidade: NATAL

2.2 Autoria: Conhecida  
2.4 Flagrante: Não  
2.7 Logradouro: RUA NELSON MATOS  
2.9 CEP:  
2.11 Ponto de Referência:  
2.13 Cidade: NATAL

**3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)**

3.1 Nome Completo: MARISTELA DA SILVA  
3.3 Nome Social:  
3.5 Etnia: Branca  
3.7 Sexo: FEMININO  
3.9 CPF: 01856457478  
3.11 Nacionalidade:  
3.13 Profissão: DOMESTICA  
3.15 Telefone(s): 84 988550384  
3.17 Número: 81  
3.19 Bairro: NOVA DESCOPERTA  
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE  
3.23 Cidade: NATAL  
3.24 Estado civil: Divorciado(a)  
3.4 Pai: ANTONIO BELO DO NASCIMENTO  
3.6 Mãe: MARIA ISABEL DA CONCEICAO  
3.8 Orientação Sexual:  
3.10 Identidade de Gênero:  
3.12 Data de Nascimento: 31/10/1969  
3.14 RG: 001140610 - Itep/RN  
3.16 Passaporte:  
3.18 Naturalidade: LUIS GOMES RN  
3.20 E-Mail:  
3.22 Logradouro: RUA CLAUDONOR DE ANDRADE  
3.24 CEP:

**4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)**

4.1.1 Nome Completo: MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA  
4.1.3 Nome Social:  
4.1.5 Mãe: MARISTELA DA SILVA PEREIRA  
4.1.7 Orientação Sexual:  
4.1.9 Sexo: NÃO IDENTIFICADO / SEM INFORMAÇÃO  
4.1.11 CPF:  
4.1.13 Nacionalidade:  
4.1.15 Logradouro:  
4.1.17 Número:  
4.1.19 Bairro:  
4.1.21 Estado:  
4.1.2 Estado civil:  
4.1.4 Pai:  
4.1.6 Identidade de Gênero:  
4.1.8 Etnia:  
4.1.10 Data de Nascimento: 06/08/1995  
4.1.12 RG: Não informado  
4.1.14 Profissão:  
4.1.16 Passaporte:  
4.1.18 E-Mail:  
4.1.20 CEP:  
4.1.21 Cidade:

**5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)**

**6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS TESTEMUNHAS)**

**7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS VEÍCULOS)**

**8. DADOS DA OCORRÊNCIA**

**9. DOS FATOS**

**9.1 Histórico**

A COMUNICANTE, GENITORA DA VÍTIMA, COMPARCEU NESTA E RELATOU QUE NO DIA 18.08.2019, SEU FILHO SOFREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO; QUE, SEU FILHO CONDUZIA UMA MOTOCICLETA, NA OCASIÃO QUE PERDEU O CONTROLE E COLIDIU EM UM MURO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS, NO BAIRRO DE NOVA DESCOPERTA, SENDO SOCORRIDO PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL; QUE, NO DIA DE HOJE, APROXIMADAMENTE 21:00, SEU FILHO FOI O ÓBITO NO HOSPITAL WALFREDO GURGEL.

**9.2 Informações do CIOSP**

**10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)**

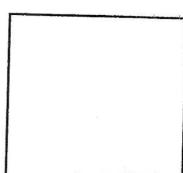
**11. DECLARAÇÃO**

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 25/08/2019 23:28:13

22.930-5  
Policial

Maristela da Silva  
Interessado



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social  
Def. Esp. em Acidentes de Veículos - DEAV

**CONFÉRENCIA**

A presente fotocópia confere com o  
documento original que nos foi apresentado  
de igual teor e forma que lhe dou origem  
Natal, 11 de Setembro de 2019

Francisco Armando Felício Leal  
Agente de Polícia  
Mat. 190.961-4  
Chefe de Investigação

Página 11

Atendimento: 1219286 - MARCOS LUIZ VAZ DA SILVA

Impresso por: 1219286 - MARCOS LUIZ VAZ DA SILVA em 25/08/2019 23:28:22

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Protocolo: J2019109001250 - Código de autenticação: d63b802080495e1f5dd061dd41e9002c

Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 02/10/2019 18:16:40

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100218164004600000047805125>

Número do documento: 19100218164004600000047805125

Num. 49477177 - Pág. 1

EM 3º ANO

*Lucel*

Francisco Antônio Falcão Leal  
Agente de Polícia  
MAL 190.961-4  
Câmara de Investigação



## SINISTRO 3190550666 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** MATEUS ANTONIO PEREIRA DA SILVA

**COBERTURA** Morte

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

**BENEFICIÁRIO** MARISTELA DA SILVA

**CPF/CNPJ:** 01856457478

**Posição em 01-10-2019 08:51:08**

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Boletim de ocorrência	Vitima	Não Conforme	



## CONTRATO DE HONORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

**CONTRATANTE(S):** MARISTELA DA SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudionor de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN.

**CONTRATADO(S):** ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11.760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12, RG 3393071 – SSP/RN, com endereço profissional situado na Avenida Romualdo Galvão - Edifício Sfax (sala 803) -, nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O CONTRATADO obriga-se, em cumprimento do presente contrato e das procurações que lhe forem outorgadas, a prestar serviços advocatícios profissionais (requerimento administrativo e/ou judicial de seguro DPVAT) na defesa dos direitos do CONTRATANTE, praticando com zelo a atividade jurídica que for necessária para o bom cumprimento do mandato.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Como remuneração profissional, o CONTRATADO receberá, a título de honorários, *pró labore*, a importância de 20% (vinte por cento) **sobre todos os valores** em caso de procedência na causa ou acordo firmado no curso do processo, mesmo em caso de substabelecimento **com ou sem** reserva de poderes.

§1º - Caso o pagamento não seja realizado na data ou na etapa prevista, será cobrada multa equivalente a 2% (dois por cento), bem como juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) por mês de atraso.

§2º - Se, porventura, o CONTRATADO optar em separar o valor devido a título de honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais, seja no âmbito administrativo ou judicial, poderá juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios no processo para que se cumpra a finalidade pretendida.

§3º - Havendo condenação ou acordo envolvendo honorários de sucumbência, estes pertencerão exclusivamente ao CONTRATADO.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente contrato vigora enquanto a ação estiver em trâmite ou pendentes quaisquer obrigações provenientes da causa, **em qualquer caso no primeiro grau de jurisdição** OU, caso seja acordado entre as partes mediante reajuste quanto aos honorários advocatícios, até as instâncias superiores.

§1º - Eventual interposição de recurso, embargos etc, fica estipulado o pagamento da importância de 1 (um) salário mínimo vigente, exceto quando o CONTRATADO dispensar o pagamento.

**CLÁUSULA QUARTA: Da Desistência ou Revogação** - Fica estabelecido que em caso de desistência ou revogação por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula segunda, serão devidos ao(s) CONTRATADO(S), a título de honorários por assessoria e/ou consultoria jurídica, a importância estipulada na tabela de honorários da OAB/RN para esse fim.

§1º - Fica obrigado o CONTRATANTE ao pagamento dos valores estabelecidos na cláusula segunda se rescindir o presente instrumento com a ação em curso. Caso o montante seja inferior à importância de 1 (um) salário mínimo vigente, fica obrigado o CONTRATANTE a complementar o montante. Do mesmo modo, o CONTRATANTE fica obrigado ao pagamento dos honorários no valor contratado na cláusula segunda se acordar ou transigir de qualquer forma com a parte contrária, obstando o seguimento das ações previstas na cláusula primeira, ou dando-lhes fim, sem prejuízo do montante advindo com os ônus da sucumbência a cargo da parte vencida, caso obtenha êxito na(s) demanda(s) intentada contra terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE fica ciente que a ausência injustificada à audiência caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça e pode incidir multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida (art. 334, §8º, CPC);

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE também está plenamente ciente quanto à possível condenação em honorários de sucumbência;

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Havendo alteração de endereço e/ou do número do telefone, fica obrigado o CONTRATANTE a comunicar ao CONTRATADO o novo endereço e/ou contato telefônico;

**CLÁUSULA OITAVA** - Se a causa exigir serviços fora da comarca-sede do CONTRATADO, implicando em seu deslocamento, ficará ressalvado a este o direito de executá-los pessoalmente ou por advogado substabelecido, correndo por conta do(a) CONTRATANTE as despesas de viagem, estada, transporte e honorários do substabelecido.

**CLÁUSULA NONA** - Para todas as questões decorrentes deste contrato, será competente o foro da comarca de Natal/RN.

Natal, 12 de setembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
23ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: MARISTELA DA SILVA

RÉU: MAPFRE SEGUROS

D E S P A C H O

Vistos hoje,

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts.98 e 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Verifico que a autora pleiteia o seguro DPVAT do seu filho que veio a óbito em acidente de trânsito e apresentou cópia do requerimento administrativo. Ocorre que, na certidão de nascimento da vítima o nome que consta não é igual ao da autora, devendo esta juntar aos autos sua certidão de casamento com a averbação do divórcio, a procuração e documentos pessoais do genitor da vítima por ser também um herdeiro legítimo. Determino que a secretaria proceda com a intimação do patrono para no prazo de 15 (quinze) dias para anexar os documentos supracitados.

Após cumprida a diligência, deverá a secretaria proceder com a citação da parte demandada no endereço constante na petição acostada aos autos para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 18/10/2019 10:23:17  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101810231737100000048233616>  
Número do documento: 19101810231737100000048233616

Num. 49936161 - Pág. 1

Após, venham-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 17 de outubro de 2019

**EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS**

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: EUSTÁQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 18/10/2019 10:23:17  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101810231737100000048233616>  
Número do documento: 19101810231737100000048233616

Num. 49936161 - Pág. 2

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO  
DA 23<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, RIO GRANDE DO  
NORTE.**

Processo nº 0845808-34.2019.8.20.5001

**MARISTELA DA SILVA**, devidamente qualificada nos autos do processo identificado em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado que esta subscreve, requerer a juntada dos documentos que seguem apensos, atendendo, assim, ao Despacho de id 49936161.

É sobremodo importante frisar que o genitor da vítima também propôs ação de cobrança do seguro DPVAT, cujo processo tramita na 24<sup>a</sup> vara cível desta comarca sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 9 de janeiro de 2020.

**ERIC TORQUATO NOGUEIRA**

**OAB/RN 11760**



**SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL  
COMARCA DE LUIS GOMES - RN  
C.N.P.J. (M.F.) 08.392.599/0001-68**  
**Márcia Maysa Maia Rocha**  
Tabeliã e Oficiala do Registro  
CPF/MF 468 277 814-53

**SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL  
COMARCA DE LUIS GOMES - RN  
C.N.P.J. (M.F.) 08.392.599/0001-68**  
**AUTENTICAÇÃO**  
Apresenta cópia à reprodução fiel do original. Dou fé.  
Luis Gomes, 31/03/2017  
Gilmar Paiva Nunes  
SUBSTITUTA

**CERTIDAO DE CASAMENTO**  
Nome:  
**FÁBIO ALVES PEREIRA e MARISTELA DA SILVA**  
Matricula:  
**0007030255 1993 2 00007 101 0001987 91**

Nomes completos de solteiro, datas e locais de nascimento, nacionalidade e filiações dos Cônjuges

**FÁBIO ALVES PEREIRA**, nascido aos 16/10/1973 (Dezesseis de Outubro de Mil Novecentos e Setenta e Três), em esta cidade de Luis Gomes-RN, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado nesta cidade de Luis Gomes-RN, filho de Francisco Oliveira Pereira e de Maria Alves Pereira.

**MARISTELA DA SILVA**, nascida aos 31/10/1969 (Trinta e Um de Outubro de Mil Novecentos e Sessenta e Nove), em o Sítio Arara, município de Luis Gomes-RN, brasileira, do lar, residente e domiciliada nesta cidade de Luis Gomes-RN, filha de Antonio Belo do Nascimento e de Maria Isabel da Conceição.

Data de Registro do Casamento  
**Vinte e Três de Setembro de Mil Novecentos e Noventa e Três** Dia **23** Mês **09** Ano **1993**

Regime de Bens do Casamento  
**Comunhão Parcial de Bens**

Passaram a usar o nome de  
**ELA- MARISTELA DA SILVA PEREIRA.**

Observações

**AVERBAÇÃO:** Certifico e dou fé, que a margem do termo que se refere está certidão, consta Averbação de DIVORCIO cujo teor é o seguinte: Procedo a presente Averbação nos termos do Mandado, datado de 04.10.2016, devidamente assinado pela Drª. Eveline Guedes Lima, MMª. Juíza de Direito da Comarca de Natal-RN, expedido nos autos do Processo nº 0816809-76.2016.8.20.5001- Ação de Divórcio Consensual, procedo a necessária averbação a fim de consignar o DIVÓRCIO CONSENSUAL do casal, tudo conforme sentença deste mesmo Juízo datada de 04.10.2016, transitada em julgado, voltando o cônjuge mulher a usar o nome de SOLTEIRA, ou seja, **MARISTELA DA SILVA**. O referido é verdade dou fé. Eu, (MÁRCIA MAYSA MAIA ROCHA) Oficiala do Registro Civil, averbei e subscrevi em 31.03.2017. Certidão lavrada no livro B-07, fls.101-V sob nº 1.987.

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé  
Luis Gomes-RN, 31 de Março de 2017  
GILMARA PAIVA NUNES  
SUBSTITUTA

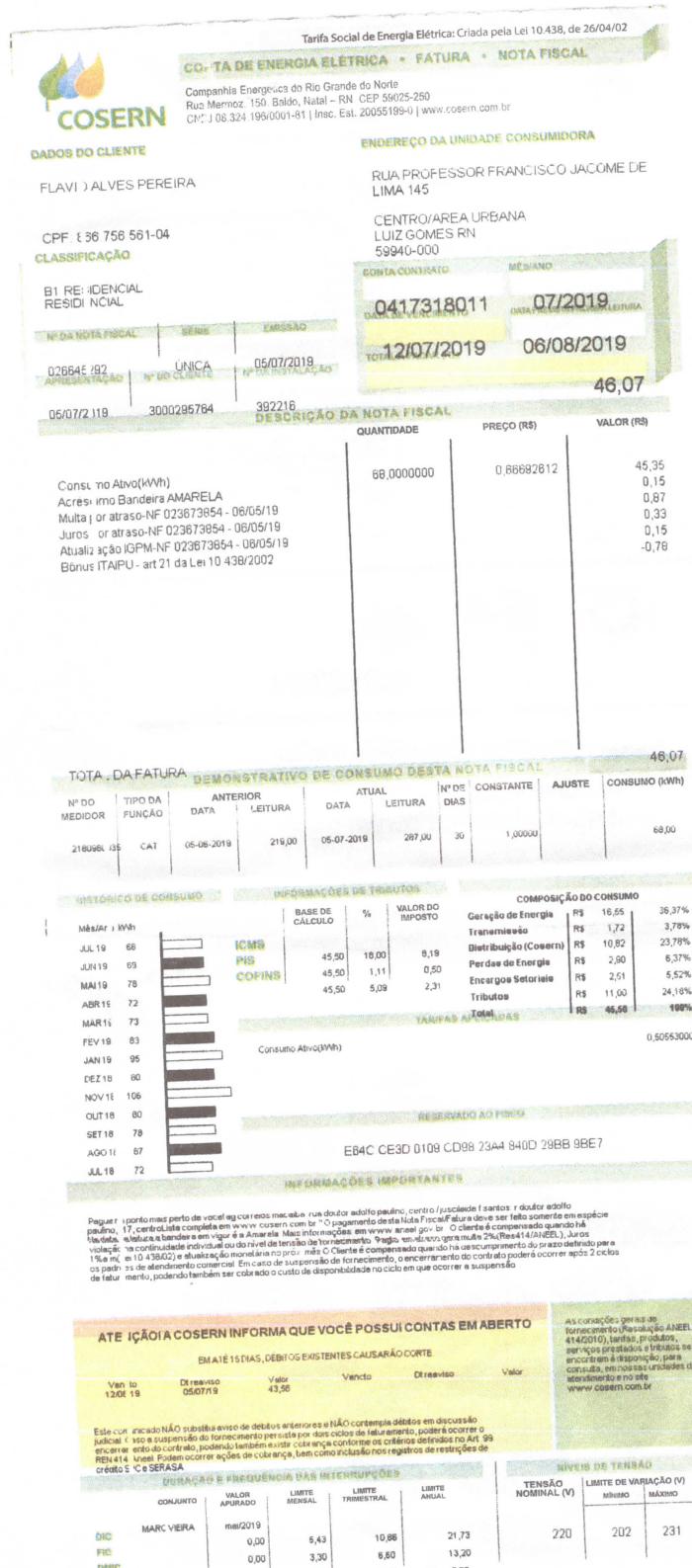
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL DE LUIS GOMES-RN**  
**COMARCA DE LUIS GOMES**  
**MÁRCIA MAYSA MAIA ROCHA**  
Oficiala do Registro Civil  
Rua Prefeito Francisco Pontes, nº 125, Centro, Luis  
Gomes-RN, CEP: 59.940-000, TEL-Fax: 84-3382-2282  
E-mail: cartorio.luisgomesrn@yahoo.com.br

**SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL  
COMARCA DE LUIS GOMES - RN  
C.N.P.J. (M.F.) 08.392.599/0001-68**  
**AUTENTICAÇÃO**  
Apresenta cópia à reprodução fiel do original. Dou fé.  
Luis Gomes, 31/03/2017  
Gilmar Paiva Nunes  
SUBSTITUTA









## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE(S):** **FABIO ALVES PEREIRA**, brasileiro, divorciado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.443.154-44, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Jácome de Lima, nº 146, centro, CEP: 59940-000, Luis Gomes/RN.

**OUTORGADO(S):** **ERIC TORQUATO NOGUEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12; **BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 14290, portador do CPF/MF nº 061.192.214-25; **CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 7268, portador do CPF/MF nº 452.648.800-34, ambos com endereço profissional situado à Avenida Romualdo Galvão (Edifício Sfax - sala 803), nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

**PODERES:** Para o foro em geral nos termos do artigo 105 do Código de Ritos, com a cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, concomitantes com os especiais notadamente para promover quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, assinar termo de acordo judicial ou extrajudicial, transigir, acordar, renunciar, recorrer, agravar, substabelecer no todo ou em parte, utilizar e fazer cadastro em nome do Outorgante junto à Central de Serviços Meu INSS, atuar em conjunto ou separadamente com outros advogados para defender os interesses do(s) Outorgante(s) até que as providências tomadas na defesa dos seus interesses tenham cessado.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, levantar ou receber RPV, precatórios e alvarás, requerer a justiça gratuita, dar e/ou receber quitação, declarar a hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105, do Código de Processo Civil.

Natal, 20 de setembro de 2019.

Fábio Alves Pereira

**OUTORGANTE**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
23ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

---

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

**DECISÃO**

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a prolação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta doprocesso, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019e teve seuprimeiro despacho proferidoem 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24<sup>a</sup> Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim,é de se reconhecer a competência destejuízo, 23<sup>a</sup> Vara Cível,para processar e julgar osfeitosem razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino quesejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24<sup>a</sup> Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24<sup>a</sup> Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS  
Juiz de Direito  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 29/04/2020 18:12:20  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042918122026000000053321444>  
Número do documento: 20042918122026000000053321444

Num. 55407645 - Pág. 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
23ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

---

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

**DECISÃO**

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a prolação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 29/04/2020 18:12:20  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042918122026000000053321444>  
Número do documento: 20042918122026000000053321444

Num. 57081560 - Pág. 1

Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta doprocesso, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019e teve seuprimeiro despacho proferidoem 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24<sup>a</sup> Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim,é de se reconhecer a competência destejuízo, 23<sup>a</sup> Vara Cível,para processar e julgar osfeitosem razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino quesejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24<sup>a</sup> Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24<sup>a</sup> Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS  
Juiz de Direito  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 29/04/2020 18:12:20  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042918122026000000053321444>  
Número do documento: 20042918122026000000053321444

Num. 57081560 - Pág. 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
23ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

---

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

**DECISÃO**

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a prolação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta doprocesso, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019e teve seuprimeiro despacho proferidoem 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24<sup>a</sup> Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim,é de se reconhecer a competência destejuízo, 23<sup>a</sup> Vara Cível,para processar e julgar osfeitosem razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino quesejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24<sup>a</sup> Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24<sup>a</sup> Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS  
Juiz de Direito  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 29/04/2020 18:12:20  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042918122026000000053321444>  
Número do documento: 20042918122026000000053321444

Num. 57081561 - Pág. 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
23ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

---

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte Autora: MARISTELA DA SILVA

Parte Ré: MAPFRE SEGUROS

**DECISÃO**

Vistos hoje,

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização – DPVAT proposta por Maristela da Silva, qualificada nos autos, em desfavor da Mapfre Seguros Gerais S.A., igualmente qualificada.

A autora aduz, em síntese, ser Genitora de Mateus Antônio Pereira da Silva, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 28/08/2019, vindo a óbito no dia 25/08/2019. Alega que requereu a indenização na via administrativa, no entanto, teve a indenização negada pela seguradora. Pelas razões expostas, requer o pagamento da importância de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Verifico, no entanto, que o genitor do de cujus, também ingressou com a Ação de Cobrança autuada sob o nº 0860746-34.2019.8.20.5001 em tramitação na 24ª Vara Cível em desfavor da mesma seguradora, com as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido. Verifico, ainda, que ambas as partes possuem os mesmos causídicos. Sendo assim, é de bom alvitre e de boa política processual que os processos sejam processados e julgados por um único juízo, evitando decisões conflitantes.

A esse respeito, dispõe o art. 55 do Código de Processo Civil que se reputam conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, isto é, quando tenham em comum um dos seus elementos. O objetivo de ordem pública que move a conexão é se evitar a prolação de decisões conflitantes por Juízos diversos.



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 29/04/2020 18:12:20  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042918122026000000053321444>  
Número do documento: 20042918122026000000053321444

Num. 57081562 - Pág. 1

Ainda de acordo com o referido código, em seus arts. 58 e 59 tem-se que: “A reunião das ações propostas em separado far-se-ão no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente” e “O registro ou a distribuição da petição inicial torna o juízo prevento”.

No caso em comento, conforme verifica-se do extrato de consulta doprocesso, a ação que tramita neste juízo foi distribuída por sorteio em 02/10/2019e teve seuprimeiro despacho proferidoem 18/10/2019. Já a ação que tramita na 24<sup>a</sup> Vara Cível foi distribuída por sorteio em 24/12/2019 e teve seu primeiro despacho proferido em 13/01/2020.

Sendo assim,é de se reconhecer a competência destejuízo, 23<sup>a</sup> Vara Cível,para processar e julgar osfeitosem razão do mesmo está prevento.

Dessa forma, mostrando-se comuns as partes e o fundamento das demandas, reconheço a necessidade de deslocamento de competência, e determino quesejam-me remetidos os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, que tramitam na 24<sup>a</sup> Vara cível, para apensamento e julgamento com o presente feito, diante da conexão e a prevenção que ora reconheço, nos termos dos arts. 54, 55 e 59 do CPC.

Oficie-se ao juízo da 24<sup>a</sup> Vara Cível para ciência e total cumprimento da decisão.

Em consonância com o princípio da economia processual, determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda com a emenda a inicial, fazendo constar também Fábio Alves Pereira no polo ativo do presente feito.

Cumprida a diligência, cite-se a parte demandada para, querendo, responder a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Após, voltem-me os autos conclusos.

P.I.C.

NATAL/RN, 29 de abril de 2020



EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS  
Juiz de Direito  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS - 29/04/2020 18:12:20  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042918122026000000053321444>  
Número do documento: 20042918122026000000053321444

Num. 57081562 - Pág. 3

Petição anexa.



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 26/06/2020 00:28:09  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062600280635000000054862096>  
Número do documento: 20062600280635000000054862096

Num. 57088910 - Pág. 1



**Torquato  
Paula  
& Velho**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA  
23<sup>a</sup> VARA CÍVEL DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE.**

**MARISTELA DA SILVA**, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.564.574-78, portadora da cédula de identidade nº 001.140.610 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Claudio de Andrade, nº 81, Nova Descoberta, CEP: 59075-350, Natal/RN; e **FABIO ALVES PEREIRA**, brasileiro, divorciado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.443.154-44, portador da cédula de identidade nº 1.372.961 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Jácome de Lima, nº 146, centro, CEP: 59940-000, Luis Gomes/RN (documentos pessoais em anexo), por seus bastantes procuradores e advogados que esta subscrevem (procuração apensa), com escritório no endereço grafado no rodapé desta inicial, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT)**

em face de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com sucursal em Natal/RN, na Avenida Jaguarari, nº 1865, Lagoa Nova, CEP: 59054-500, telefone de contato: (84) 3223-4257, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

---

1

Edifício Sfax (sala 1504) - Avenida Romualdo Galvão, 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59022-250  
55 (84) 3301-5336 | 98711-5930 | Email: [tpv@tpvadvocacia.com.br](mailto:tpv@tpvadvocacia.com.br)



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 26/06/2020 00:28:09  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062600280919200000054863400>  
Número do documento: 20062600280919200000054863400

Num. 57088914 - Pág. 1



## **I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

De início, requer sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos.

## **II - DOS FATOS**

Os autores são os genitores do Sr. Mateus Antônio Pereira da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 136.901.004-45, vítima de acidente de trânsito ocorrido na data de 18/08/2019, conforme narra o Boletim de Ocorrência apenso.

Em decorrência do infortúnio, a vítima foi internada no Hospital Walfredo Gurgel, onde lá permaneceu por cerca de uma semana em decorrência de lesão por esmagamento do crânio decorrente de acidente de trânsito, mas não resistiu aos ferimentos, vindo à óbito na data de 25/08/2019, conforme Certidão de Óbito anexa, a qual aponta que o evento morte fora causado por hemorragia intracraniana / traumatismo cranioencefálico.

**Cumpre frisar que o “de cuius” nunca foi casado, não deixou filhos, nem companheira, restando seus pais como únicos herdeiros.**

**Ocorre que o pagamento da indenização devida aos autores foi negado pela seguradora demandada ao argumento de inconformidades no boletim de ocorrência.**

Todavia, consoante Vossa Excelência pode verificar na documentação apensa aos autos, bem como nos documentos solicitados e encaminhados pela parte autora quando do requerimento administrativo, e que a seguradora certamente juntará no momento da apresentação de sua





defesa, não há qualquer objeção para o indeferimento da indenização securitária devida à autora.

Logo, os autores não podem ter o seu direito de receber o seguro DPVAT tolhido por meras exigências burocráticas, haja vista que a exigência rigorosa de juntada de tantos documentos traduz-se em um formalismo exacerbado, indo de encontro com os princípios da economia e celeridade processual.

No caso em tela, a parte autora colacionou aos autos uma série de documentos os quais se mostram hábeis a comprovar a relação havida entre o acidente de trânsito sofrido e as lesões experimentadas (o mais importante), razão pela qual não há que se falar em “documentação não conforme”.

Salienta-se que o direito da Autora consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório DPVAT, sendo-lhe devida a importância R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) como cota-parte, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e o óbito.

Logo, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr Mateus Antônio Pereira da Silva, culminado com seu óbito, a Requerente, herdeira do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

### **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de **morte** e invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foram criadas por lei. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de



indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), a parte requerente faz jus à indenização decorrente do acidente de trânsito, no montante estabelecido conforme o art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, "in verbis":

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*

a) (revogada); *(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

b) (revogada); *(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

c) (revogada); *(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

(...)

Não custa lembrar que, ao requerer a indenização na esfera administrativa, a parte autora munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação *suso* mencionada, tais como a certidão de óbito, prontuário médico e o registro de ocorrência realizado no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

*Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa,*



*haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, tem a parte autora direito à indenização.

*Ex positis*, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação dos documentos apresentados pela requerente para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Em vista disso, a parte autora faz jus à indenização do seguro obrigatório DPVAT na forma do art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74.

#### **IV - DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O ÔNUS DA PROVA**

A relação estabelecida entre a seguradora e o segurado, como sabido e ressabido, é considerada relação de consumo, regida, também, pela legislação consumerista.

A propósito, dispõe o Código de Defesa do Consumidor que:

*Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.*

*(...)*

*§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e **securitária**, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.*



Admitida a aplicação analógica do Código de Defesa do Consumidor nas cobranças do seguro DPVAT, imprescindível constatar o preenchimento dos requisitos autorizadores.

No caso afigura-se possível a inversão do ônus da prova, por serem verossímeis as alegações e pelo fato de o autor ser hipossuficiente.

Outrossim, mesmo que seja matéria controvertida na jurisprudência, não há impedimento quanto a aplicação analógica das regras do Código de Defesa do Consumidor às ações de cobrança de seguro DPVAT, por não haver regra na legislação específica impedindo a inversão do ônus da prova. Alias, o §2º do artigo 3º do CDC autoriza a incidência de suas regras nas ações securitárias privadas, que muito se assemelham com as cobranças do seguro DPVAT, e, portanto, mais um motivo relevante autorizador.

Logo, constatada a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência da parte autora, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto, sendo admitida a inversão do ônus da prova, ainda que não se trate de relação tipicamente de consumo.

## V - DA CONVERSÃO PARA O RITO ORDINÁRIO

A ação de cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT visa o recebimento de indenização em razão de óbito ou invalidez permanente, ocasionados em virtude de acidente de trânsito, devendo seguir o procedimento sumário, conforme determinado pelas regras do art. 275, II, “e”, adotado por Vossa Excelência.

Como se percebe pela rotina das audiências já realizadas, muito raramente sucede acordo antes da realização da perícia, a qual não ocorre antes da audiência de conciliação, sendo muito mais comum a realização de acordo fora da audiência, com apresentação de petição escrita para homologação do Juízo. Desta forma, é ineficaz a realização de audiência de conciliação antes da confecção e apresentação do Laudo de Exame Pericial, a ser realizado após citação réu para oferecimento de contestação bem como de



quesitos para a perícia médica, adaptando-se o procedimento para que se alcance a máxima efetividade dos atos processuais.

Constitui poder-dever do magistrado, sempre que não houver prejuízo às partes, adequar o procedimento à pretensão deduzida em Juízo, em observância aos princípios da efetividade, economia e acesso à jurisdição.

Requer, portanto, a adoção do rito ordinário, uma vez que, além do desenvolvimento célere, não serão causados prejuízos às partes, por não interferir substancialmente no processo.

## VI - DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Constatado que o Requerente não recebeu a indenização devida, deve a Requerida ser condenada a efetuar o pagamento da indenização.

Nesse particular aspecto, inexiste dúvida que a seguradora incide em mora ao não efetuar o pagamento da indenização devida de acordo com a legislação de regência.

No pertinente aos juros de mora, seu cômputo deve ocorrer a partir da data do evento danoso.

Não obstante a posição da seguradora quanto a este aspecto, no sentido de que os encargos moratórios incidem a partir da citação ou do ajuizamento da ação, visando atender ao princípio da unicidade da prestação da tutela jurisdicional, é de se aceder ao entendimento majoritário dos Tribunais os quais determinam que sejam os juros calculados desde a data da ocorrência do evento danoso.

Não é outro o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça. *In verbis*:

**Súmula 580-STJ: A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º**



***da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso.***

Ainda:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - REPARAÇÃO DE DANOS PELO PROCEDIMENTO SUMÁRIO - ATROPELAMENTO - CULPA DA EMPRESA DE ÔNIBUS - NÃO COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO DO DPVAT - JUROS DE MORA FIXADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO - INSURGÊNCIA DA RÉ. [...] 3. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde o evento danoso, inclusive sobre o valor dos danos morais. Enunciado 54 da Súmula do STJ. 4. Arts. 389 do Código Civil e 333, I, II, do Estatuto Processual Civil. Ausência de prequestionamento. Súmula n. 282 do STF. 5. Não logrou o recorrente demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 269079 RJ 2012/0261937-8, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 24/09/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/10/2013)*

Tendo em vista as considerações acima, chegamos a conclusão de que os juros de mora e a correção monetária devem ser computados a partir da data do evento danoso, o que desde já se requer.



## VII - DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, consequentemente, de formular quesitos periciais, tendo em vista que o evento danoso resultou no óbito da vítima, não havendo necessidade para tal.

## VII - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da demandada, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados;
- b) A procedência dos pedidos para condenar a demandada ao pagamento do Seguro DPVAT devido aos autores, **na proporção de 50% para cada herdeiro - ou R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)** -, respeitando o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, corrigidos **a partir do evento danoso** pelo IGP-M e juros de 1% ao mês;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) A inversão do ônus da prova nos termos do §2º do artigo 3º do CDC;
- e) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente, a prova testemunhal e documental;
- f) A concessão do benefício da justiça gratuita, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que a parte Autora não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família;
- g) A intimação da demandada para apresentar nos autos cópia do processo administrativo referente ao sinistro em questão, documento comum às partes, em atenção ao artigo 396 do CPC;



i) Em caso de procedência da causa ou acordo firmado no curso do processo, requer, desde já, a retenção dos honorários advocatícios, com expedição de alvará em nome do advogado ERIC TORQUATO NOGUEIRA, CPF: 061.387.934-12, para levantamento dos honorários contratuais e/ou sucumbenciais – contrato apenso;

**Opta, a parte autora, amparada pelo art. 319, VII, do CPC, pela NÃO realização de audiência de conciliação ou de mediação, haja vista a improvável possibilidade de acordo.**

Atribui-se à causa, para efeitos fiscais e de alçada, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 26 de junho de 2020.

**ERIC TORQUATO NOGUEIRA  
OAB/RN 11760**

**BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA  
OAB/RN 14290**

**CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO  
OAB/RN 7268**



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS Av: 60301741 - AC MAJOR SALES MAJOR SALES - RN CNPJ...: 34028316711980 Ins Est.: 200530941 <u>COMPROVANTE DO CLIENTE</u>																																																																	
Cliente: .....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU CNPJ/CPF: .....: 09248608000104 Doc. Post.: .....: 346419660 Contrato.: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709 Cartao.: 62267655																																																																	
Movimento.: 16/10/2019 Hora.: 08:57:07 Caixa.: 93831038 Matricula.: 86283847 Lancamento.: 004 Atendimento: 00001 Modalidade.: A Faturar ID Tiquete.: 1720396854																																																																	
<table border="0"> <thead> <tr> <th>DESCRICA</th> <th>QTD.</th> <th>PRECO(R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SEGURO DPVAT ATE 30</td> <td>1</td> <td>24,78+</td> </tr> <tr> <td>Valor do Porte(R\$) .:.</td> <td>24,78</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Peso real (G) .:.</td> <td>143</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Peso Tarifado: .:.</td> <td>0,143</td> <td></td> </tr> <tr> <td>CNPJ/CPF Remet.: 02244315444</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nome Remetente.: FABIO ALVES PEREIRA</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Endereco Remet.: RUA PROFESSOR FRANCISCO JA</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cont Endereco.: COME DE LIMA, 145 - CENTRO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cep Remetente.: 59940-000</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cidade Remet...: LUIS GOMES</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF Remet .....: RN</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>POSTAL RESPONSTA DPV</td> <td>1</td> <td>30,43+</td> </tr> <tr> <td>Valor do Porte(R\$) .:.</td> <td>30,43</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cep Destino: .: 20011-904 (RJ)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Peso real (G) .:.</td> <td>143</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Peso Tarifado: .:.</td> <td>0,143</td> <td></td> </tr> <tr> <td>OBJETO————&gt; DY301369890BR</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)</b></td> <td></td> <td><b>55,21</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"> <u>Valor Daclarado não solicitado(R\$)</u>            No caso de objeto com valor,            utilize o serviço adicional de valor declarado.         </td> </tr> <tr> <td colspan="3"> <u>A FATARAR</u>            Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima            prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante            apresentação de fatura. Os valores constantes            deste comprovante poderão sofrer variações de            acordo com as cláusulas contratuais            RG:            Nome:            Ass. Responsável.         </td> </tr> </tbody> </table>			DESCRICA	QTD.	PRECO(R\$)	SEGURO DPVAT ATE 30	1	24,78+	Valor do Porte(R\$) .:.	24,78		Peso real (G) .:.	143		Peso Tarifado: .:.	0,143		CNPJ/CPF Remet.: 02244315444			Nome Remetente.: FABIO ALVES PEREIRA			Endereco Remet.: RUA PROFESSOR FRANCISCO JA			Cont Endereco.: COME DE LIMA, 145 - CENTRO			Cep Remetente.: 59940-000			Cidade Remet...: LUIS GOMES			UF Remet .....: RN			POSTAL RESPONSTA DPV	1	30,43+	Valor do Porte(R\$) .:.	30,43		Cep Destino: .: 20011-904 (RJ)			Peso real (G) .:.	143		Peso Tarifado: .:.	0,143		OBJETO————> DY301369890BR			<b>TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)</b>		<b>55,21</b>	<u>Valor Daclarado não solicitado(R\$)</u> No caso de objeto com valor, utilize o serviço adicional de valor declarado.			<u>A FATARAR</u> Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante apresentação de fatura. Os valores constantes deste comprovante poderão sofrer variações de acordo com as cláusulas contratuais RG: Nome: Ass. Responsável.		
DESCRICA	QTD.	PRECO(R\$)																																																															
SEGURO DPVAT ATE 30	1	24,78+																																																															
Valor do Porte(R\$) .:.	24,78																																																																
Peso real (G) .:.	143																																																																
Peso Tarifado: .:.	0,143																																																																
CNPJ/CPF Remet.: 02244315444																																																																	
Nome Remetente.: FABIO ALVES PEREIRA																																																																	
Endereco Remet.: RUA PROFESSOR FRANCISCO JA																																																																	
Cont Endereco.: COME DE LIMA, 145 - CENTRO																																																																	
Cep Remetente.: 59940-000																																																																	
Cidade Remet...: LUIS GOMES																																																																	
UF Remet .....: RN																																																																	
POSTAL RESPONSTA DPV	1	30,43+																																																															
Valor do Porte(R\$) .:.	30,43																																																																
Cep Destino: .: 20011-904 (RJ)																																																																	
Peso real (G) .:.	143																																																																
Peso Tarifado: .:.	0,143																																																																
OBJETO————> DY301369890BR																																																																	
<b>TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)</b>		<b>55,21</b>																																																															
<u>Valor Daclarado não solicitado(R\$)</u> No caso de objeto com valor, utilize o serviço adicional de valor declarado.																																																																	
<u>A FATARAR</u> Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante apresentação de fatura. Os valores constantes deste comprovante poderão sofrer variações de acordo com as cláusulas contratuais RG: Nome: Ass. Responsável.																																																																	



## CONTRATO DE HONORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

**CONTRATANTE(S):** FABIO ALVES PEREIRA, brasileiro, divorciado, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.443.154-44, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Professor Francisco Jácome de Lima, nº 146, centro, CEP: 59940-000, Luis Gomes/RN.

**CONTRATADO(S):** ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11.760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12, RG 3393071 – SSP/RN, com endereço profissional situado na Avenida Romualdo Galvão - Edifício Sfax (sala 803) -, nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O CONTRATADO obriga-se, em cumprimento do presente contrato e das procurações que lhe forem outorgadas, a prestar serviços advocatícios profissionais (requerimento administrativo e/ou judicial de seguro) na defesa dos direitos do CONTRATANTE, praticando com zelo a atividade jurídica que for necessária para o bom cumprimento do mandato.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Como remuneração profissional, o CONTRATADO receberá, a título de honorários, *pró-labore*, a importância de 20% (vinte por cento) sobre todos os valores em caso de procedência na causa ou acordo firmado no curso do processo, mesmo em caso de substabelecimento com ou sem reserva de poderes.

§1º - Caso o pagamento não seja realizado na data ou na etapa prevista, será cobrada multa equivalente a 2% (dois por cento), bem como juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) por mês de atraso.

§2º - Se, porventura, o CONTRATADO optar em separar o valor devido a título de honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais, seja no âmbito administrativo ou judicial, poderá juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios no processo para que se cumpra a finalidade pretendida.

§3º - Havendo condenação ou acordo envolvendo honorários de sucumbência, estes pertencerão exclusivamente ao CONTRATADO.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente contrato vigora enquanto a ação estiver em trâmite ou pendentes quaisquer obrigações provenientes da causa, em qualquer caso no primeiro grau de jurisdição OU, caso seja acordado entre as partes mediante reajuste quanto aos honorários advocatícios, até as instâncias superiores.

§1º - Eventual interposição de recurso, embargos etc, fica estipulado o pagamento da importância de 1 (um) salário mínimo vigente, exceto quando o CONTRATADO dispensar o pagamento.

**CLÁUSULA QUARTA: Da Desistência ou Revogação** - Fica estabelecido que em caso de desistência ou revogação por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula segunda, serão devidos ao(s) CONTRATADO(S), a título de honorários por assessoria e/ou consultoria jurídica, a importância estipulada na tabela de honorários da OAB/RN para esse fim.

§1º - Fica obrigado o CONTRATANTE ao pagamento dos valores estabelecidos na cláusula segunda se rescindir o presente instrumento com a ação em curso. Caso o montante seja inferior à importância de 1 (um) salário mínimo vigente, fica obrigado o CONTRATANTE a complementar o montante. Do mesmo modo, o CONTRATANTE fica obrigado ao pagamento dos honorários no valor contratado na cláusula segunda se acordar ou transigir de qualquer forma com a parte contrária, obstando o seguimento das ações previstas na cláusula primeira, ou dando-lhes fim, sem prejuízo do montante advindo com os ônus da sucumbência a cargo da parte vencida, caso obtenha êxito na(s) demanda(s) intentada contra terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE fica ciente que a ausência injustificada à audiência caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça e pode incidir multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida (art. 334, §8º, CPC);

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE também está plenamente ciente quanto à possível condenação em honorários de sucumbência;

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Havendo alteração de endereço e/ou do número do telefone, fica obrigado o CONTRATANTE a comunicar ao CONTRATADO o novo endereço e/ou contato telefônico;

**CLÁUSULA OITAVA** - Se a causa exigir serviços fora da comarca-sede do CONTRATADO, implicando em seu deslocamento, ficará ressalvado a este o direito de executá-los pessoalmente ou por advogado substabelecido, correndo por conta do(a) CONTRATANTE as despesas de viagem, estada, transporte e honorários do substabelecido.

**CLÁUSULA NONA** - Para todas as questões decorrentes deste contrato, será competente o foro da comarca de Natal/RN.

Natal, 20 de setembro de 2019.

  
CONTRATANTE



Assinado eletronicamente por: ERIC TORQUATO NOGUEIRA - 26/06/2020 00:28:10  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2006260028100670000054863402>  
Número do documento: 2006260028100670000054863402

Num. 57088916 - Pág. 1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

**MANDADO DE CITAÇÃO**

AÇÃO CÍVEL 0845808-34.2019.8.20.5001

Requerente: MARISTELA DA SILVA e outros

Requerido: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

De ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS, Juiz(a) de Direito desta 23ª Vara Cível, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC.

MANDA ao(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for apresentado, que proceda a CITAÇÃO da parte requerida, abaixo descrita, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a referida ação.

Destinatário: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.  
Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59025-500

**ADVERTÊNCIA:** O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

**OBSERVAÇÃO:** A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1grau.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19100218163580300000047805102
01 PETIÇÃO INICIAL	Outros documentos	19100218163605600000047805113
02 PROCURAÇÃO	Procuração	19100218163656900000047805116
03 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação	19100218163690500000047805117
04 DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação	19100218163727700000047805118
05 RG - VÍTIMA	Documento de Identificação	19100218163758100000047805119
06 REGISTRO CIVIL	Documento de Comprovação	19100218163795400000047805120
07 DECLARAÇÃO DO SAMU	Documento de Comprovação	19100218163833300000047805121



Assinado eletronicamente por: RICARDO PEREIRA DOS SANTOS - 20/10/2020 10:39:33  
<https://pje1grau.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102010393300200000059235039>  
Número do documento: 20102010393300200000059235039

Num. 61754854 - Pág. 1

08 PRONTUÁRIO MÉDICO	Documento de Comprovação	19100218163877300000047805123
09 CERTIDÃO DE ÓBITO	Certidão de Óbito	19100218163940000000047805124
10 BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	19100218164004600000047805125
11 SINISTRO	Documento de Comprovação	19100218164043900000047805126
12 CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	19100218164083500000047805127
Despacho	Despacho	19101810231737100000048233616
Juntada de documentos	Comunicações	20010913042268300000050396223
AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO	Documento de Comprovação	20010913042306700000050396224
CERTIDÃO DE NASCIMENTO - AUTORA	Certidão de Nascimento	20010913042346900000050396225
DOCUMENTOS PESSOAIS - GENITOR	Documento de Identificação	20010913042388900000050396226
PROCURAÇÃO - GENITOR	Procuração	20010913042484300000050396228
Decisão	Decisão	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Emenda à Inicial	Comunicações	20062600280635000000054862096
EMENDA À INICIAL	Outros documentos	20062600280919200000054863400
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação	20062600280975600000054863401
CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	20062600281006700000054863402

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Eu, JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA, auxiliar técnico judiciário, digitei

Natal/RN, 20 de outubro de 2020.



Assinado eletronicamente por: RICARDO PEREIRA DOS SANTOS - 20/10/2020 10:39:33  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102010393300200000059235039>  
 Número do documento: 20102010393300200000059235039

Num. 61754854 - Pág. 2

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: RICARDO PEREIRA DOS SANTOS - 20/10/2020 10:39:33  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102010393300200000059235039>  
Número do documento: 20102010393300200000059235039

Num. 61754854 - Pág. 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

Parte autora: AUTOR: MARISTELA DA SILVA, FABIO ALVES PEREIRA

Parte ré: RÉU: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Ação de Indenização do Seguro DPVAT

Ao(a)

Exmº(a) Sr(a) Juiz(a) de Direito

S e n h o r ( a )      J u i z ( a )

Venho de ordem do Dr. **Eustáquio José Freire de Farias**, MM. Juiz de Direito desta 23ª Vara Cível, encaminhar a V. Exª. Decisão de ID. 55407645, proferida pelo MM Juiz desta 23ª Vara Cível em ato judicial no autos do presente processo, conforme cópia anexa, a fim de que V. Exª., em tomado conhecimento, dê total cumprimento a prefalada Decisão, encaminhando a este Juízo os autos da ação de nº 0860746-34.2019.8.20.5001, para que sejam, os mesmos, apensados aos autos desta demanda.

A t e n c i o s a m e n t e ;

Natal, 20 de outubro de 2020.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

Exmº(a) Sr. (a)

MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível - Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes

COMARCA DE NATAL-RN



Assinado eletronicamente por: RICARDO PEREIRA DOS SANTOS - 20/10/2020 10:48:09  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102010480927900000059234702>  
Número do documento: 20102010480927900000059234702

Num. 61753756 - Pág. 1

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

COMARCA DE NATAL

Central de Cumprimento de Mandados

**CERTIDÃO**

**ID 61754854**

Certifico, em cumprimento ao mandado extraído dos autos do processo epigrafado, que compareci ao endereço indicado nos autos (Rua Jaguarari, 1865, no bairro Lagoa Nova, nesta Capital) e, lá estando às 09h50min do dia 21/10/2020, após as formalidades legais, citei MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A., através de seu representante Anderson Karlus Paiva Ramos, que após a leitura do inteiro teor deste mandado, deu seu ciente e recebeu a contrafá.

O referido é verdade. Dou fé.

Natal/RN, 21 de outubro de 2020.

**Juliano Costa Bezerra**

Oficial de Justiça – TJ/RN

Mat. nº 197.158-1

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: JULIANO COSTA BEZERRA - 21/10/2020 13:22:31  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102113223097100000059387309>  
Número do documento: 20102113223097100000059387309

Num. 61912529 - Pág. 1

Successfully created

Recebido por Anderson Karlus  
EM 21/10/2020 AS 09:52H

**MAPFRE**  
SEGUROS  
Suc. Natal

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL**

**MANDADO DE CITAÇÃO**

ANDERSON

KARLUS PAVIA

RAMOS.

AÇÃO CÍVEL 0845808-34.2019.8.20.5001

Requerente: MARISTELA DA SILVA e outros

Requerido: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

De ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS, Juiz(a) de Direito desta 23ª Vara Cível, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC.

MANDA ao(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for apresentado, que proceda a CITAÇÃO da parte requerida, abaixo descrita, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a referida ação.

Destinatário: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Rua Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59025-500

**ADVERTÊNCIA:** O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

**OBSERVAÇÃO:** A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1grau.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19100218163580300000047805102
01 PETIÇÃO INICIAL	Outros documentos	19100218163605600000047805113
02 PROCURAÇÃO	Procuração	19100218163656900000047805116
03 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação	19100218163690500000047805117
04 DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação	19100218163727700000047805118
05 RG - VÍTIMA	Documento de Identificação	19100218163758100000047805119
06 REGISTRO CIVIL	Documento de Comprovação	19100218163795400000047805120
07 DECLARAÇÃO DO SAMU	Documento de Comprovação	19100218163833300000047805121
08 PRONTUÁRIO MÉDICO	Documento de Comprovação	1910021816387730000047805123
09 CERTIDÃO DE ÓBITO	Certidão de Óbito	19100218163940000000047805124
10 BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	19100218164004600000047805125
11 SINISTRO	Documento de Comprovação	19100218164043900000047805126
12 CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	19100218164083500000047805127
Despacho	Despacho	19101810231737100000048233616
Juntada de documentos	Comunicações	20010913042268300000050396223



20/10/2020

TJRN - 1º Grau - Processo Judicial Eletrônico

AVERBAÇÃO DO DIVÓRCIO	Documento de Comprovação	20010913042306700000050396224
CERTIDÃO DE NASCIMENTO - AUTORA	Certidão de Nascimento	20010913042346900000050396225
DOCUMENTOS PESSOAIS - GENITOR	Documento de Identificação	20010913042388900000050396226
PROCURAÇÃO - GENITOR	Procuração	20010913042484300000050396228
Decisão	Decisão	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Intimação	Intimação	20042918122026000000053321444
Emenda à Inicial	Comunicações	20062600280635000000054862096
EMENDA À INICIAL	Outros documentos	20062600280919200000054863400
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação	20062600280975600000054863401
CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação	20062600281006700000054863402

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Eu, JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA, auxiliar técnico judiciário, digitei

Natal/RN, 20 de outubro de 2020.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

20/10/2020 10:39:33

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 61754854



20102010393300200000059235039

[imprimir](#)

[https://pje1g.tjrn.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=59235039&idProcessoDoc=617...](https://pje1g.tjrn.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=59235039&idProcessoDoc=617...) 2/2



Assinado eletronicamente por: JULIANO COSTA BEZERRA - 21/10/2020 13:22:31  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102113223127600000059387310>  
Número do documento: 20102113223127600000059387310

Num. 61912530 - Pág. 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Processo: 0845808-34.2019.8.20.5001

**CERTIDÃO**

Certifico que nesta data procedi com a remessa de ofício de ID. 61753756 ao Juízo da 24ª Vara Cível, via E-mail: nt2pre@tjrn.jus.br, conforme comprovante de envio em anexo. O referido é verdade.

Natal, 23 de outubro de 2020.

JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA

Auxiliar Técnico Judiciário

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA - 23/10/2020 13:46:04  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20102313460397800000059480754>  
Número do documento: 20102313460397800000059480754

Num. 62012182 - Pág. 1

**Zimbra****nt1pre@tjrn.jus.br****Ofício encaminhando Decisão****De :** nt1pre@tjrn.jus.br

Sex, 23 de out de 2020 16:39

**Assunto :** Ofício encaminhando Decisão 2 anexos**Para :** nt2pre <nt2pre@tjrn.jus.br>

Boa tarde!

Segue ofício expedido por este Juízo, encaminhando Decisão do MM Juiz desta 23<sup>a</sup> Vara Cível.

Atenciosamente,

Secretaria da 23<sup>a</sup> Vara Cível.

---

 **Decisão ref. proc. 0845808-34.2019.8.20.5001.pdf**  
33 KB **Ofício ref. proc. 0845808-34.2019.8.20.5001.pdf**  
26 KB